

Colégio  
00001Sala  
0001Ordem  
0001

Novembro/2015

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**

Concurso Público para provimento de cargos de

**Técnico Judiciário  
Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA****Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos****INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE****Gabarito preliminar divulgado em 30/11/2015.****Conhec. Gerais / Conhec. Específicos****Cargo ou opção B02 - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA****Tipo gabarito 1**

|         |         |         |         |         |         |
|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| 001 - C | 011 - C | 021 - D | 031 - E | 041 - C | 051 - D |
| 002 - A | 012 - B | 022 - C | 032 - C | 042 - D | 052 - A |
| 003 - D | 013 - D | 023 - A | 033 - E | 043 - A | 053 - E |
| 004 - B | 014 - D | 024 - E | 034 - B | 044 - C | 054 - B |
| 005 - E | 015 - E | 025 - D | 035 - A | 045 - C | 055 - E |
| 006 - C | 016 - C | 026 - C | 036 - E | 046 - A | 056 - A |
| 007 - A | 017 - B | 027 - E | 037 - B | 047 - E | 057 - D |
| 008 - D | 018 - E | 028 - A | 038 - D | 048 - C | 058 - D |
| 009 - E | 019 - D | 029 - D | 039 - D | 049 - D | 059 - C |
| 010 - A | 020 - C | 030 - B | 040 - B | 050 - B | 060 - B |

**Conhecimentos Gerais****Gramática e Interpretação de Texto da Língua Portuguesa**

**Atenção:** Leia o texto abaixo para responder às questões de número 1 a 5.

*Nos últimos dias, fomos bombardeados com estatísticas e reportagens alarmantes sobre pais angustiados por não poder gastar o mesmo que gastaram no ano de 2014 no dia da criança – em letras minúsculas. Não acredito em dia da criança em maiúsculas. Não há celebração da infância (ou da maternidade e paternidade) que careça de compras. Todos sabemos que são datas para movimentar o comércio e nada há de errado em aquecer a atividade econômica. Mas, no caso das crianças, que não compreendem a comercialização do afeto, é triste ver pais se desculpando por não poder comprar algo como se isto represente uma falha em demonstrar dedicação aos filhos. Falar de dinheiro com os filhos parece quase tão difícil quanto falar de sexo.*

*Num distante longo feriado, visitando uma família querida na costa oeste americana, me surpreendi com a naturalidade de uma menina de oito anos, quando perguntei: “Qual é o plano para amanhã?”. “Compras”, foi a resposta. A menina não me disse que precisava de um casaco de inverno ou um livro para a escola. É possível que nada lhe faltasse no momento, mas o programa seria comprar, verbo intransitivo. Minha surpresa era explicada pelo choque de cultura e geração. Crescendo no Rio de Janeiro, o verbo comprar como uma atividade, tal como ir à praia ou ao teatro, não era usado por crianças.*

*Um jornalista americano, que foi um dos inventores da cobertura sobre finanças pessoais, lançou, este ano, o livro O Oposto de Mimados: Criando Filhos Generosos, Bem Fundamentados e Inteligentes Sobre Dinheiro. Ron Lieber começou a ser emparedado pela própria filha de três anos com perguntas sobre dinheiro que o faziam engasgar. Ele se deu conta de que uma das maiores ofensas que se pode fazer a mães e pais é descrever seus filhos como mimados. O verbo é passivo. Mimados por quem?*

*Assim, não chega a surpreender que pais vejam o impedimento para comprar como um fracasso pessoal.*

(Adaptado de: GUIMARÃES, Lúcia. **Comprar, verbo intransitivo**. In: Cultura-Estado, 12/10/2015)

1. O texto,

- (A) ao se referir ao livro de Ron Lieber, destaca a possibilidade de adequar as crianças ao contexto de consumo deliberado que marca sua realidade, conferindo-lhes mais independência e senso de oportunidade nas compras.
- (B) com a referência ao participio passado "mimados" (3º parágrafo), atribui parte da responsabilidade pelo problema em questão às crianças, uma vez que infundem em seus pais um sentimento de culpa e insatisfação.
- (C) ao aludir à intransitividade do verbo "comprar" (2º parágrafo), que é usualmente transitivo, chama atenção do leitor para o aspecto consumista, em que o objeto a ser comprado é secundário em relação ao próprio ato de comprar.
- (D) ao mencionar Rio de Janeiro e Estados Unidos, estabelece dois parâmetros éticos em relação ao consumo: o primeiro, caracterizado por um mercado turístico; o segundo, por uma realidade doméstica e cotidiana.
- (E) com o fracasso dos pais em tentar agradar seus filhos, estabelece parâmetros financeiros para as famílias, cujas necessidades são cada vez menos atendidas pelos bens de consumo disponíveis.

2. Atente para as seguintes afirmações.

- I. Na primeira frase do texto, as formas verbais “poder gastar” e “gastaram” têm o mesmo sujeito.
- II. No segmento *É possível que nada lhe faltasse no momento...* (2º parágrafo), caso se substitua "nada" por "poucas coisas", o verbo "faltasse" deverá obrigatoriamente ser flexionado no plural.
- III. Em *Não acredito em dia da criança em maiúsculas* (1º parágrafo), não se pode acrescentar uma vírgula imediatamente após “acredito”, uma vez que “em dia da criança” é uma locução adverbial.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I e II.
- (B) III.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) I e III.

3. Ao distender-se a oração reduzida presente no segmento *Num distante longo feriado, visitando uma família querida na costa oeste americana, me surpreendi...* (2º parágrafo), de acordo com o contexto, deve-se acrescentar a seguinte conjunção:

- (A) porque.
- (B) na medida em que.
- (C) conquanto.
- (D) quando.
- (E) ainda que.

4. O segmento que pode ser transposto para a voz passiva encontra-se em:

- (A) *Qual é o plano para amanhã?*
- (B) *... crianças, que não compreendem a comercialização do afeto...*
- (C) *Crescendo no Rio de Janeiro...*
- (D) *Não há celebração da infância...*
- (E) *...que precisava de um casaco de inverno ou um livro para a escola.*

5. ... *nada há de errado em aquecer a atividade econômica*. (1º parágrafo)

... *que não compreendem a comercialização do afeto*... (1º parágrafo)

... *uma falha em demonstrar dedicação aos filhos*. (1º parágrafo)

Na ordem dada, os complementos verbais sublinhados acima são corretamente substituídos por pronomes em:

- (A) aquecê-la – compreendem-no – demonstrar-lo
- (B) aquecer-lhe – compreendem-na – demonstrar-lhes
- (C) aquecer-la – o compreendem – demonstrar-lo
- (D) aquecer-lhe – compreender-lhe – demonstrá-los
- (E) aquecê-la – a compreendem – demonstrar-lhes



**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às perguntas de números 6 a 10.

O especialista em estudos visuais Josep Català, da Universitat Autònoma de Barcelona, defende que os jogos de videogame podem representar o grande suporte expressivo das próximas décadas.

**O processo de multiplicação de imagens tende a deixar as pessoas menos imaginativas?**

**Josep Català** – A princípio, pensava que a imagem detinha a imaginação na comparação com a literatura, porque aquele que lê pode imaginar, enquanto a imagem já oferece essa passagem feita. Agora já não vejo assim. A imagem não bloqueia a imaginação, pelo contrário: está cheia de impulsos e estímulos que projetam a imaginação para mais além. É possível ficar só com a superfície da imagem, até porque a imaginação é um procedimento que requer esforço. Penso, então, que há vários tipos de imagem, algumas mais imaginativas e outras que de certa forma fecham as portas.

**A literatura foi fonte para modos de comportamento no século 19, tal e qual o cinema inspirou comportamentos culturais do século 20. Podemos antever um pouco os suportes que pautam nosso comportamento na chamada nova era?**

Há um fenômeno bem concreto. O século 19 produziu um largo processo de letramento e o romance se converte no instrumento de socialização por excelência; o mesmo acontece com o cinema no século 20. Penso que, neste momento, os videogames estariam prestes a assumir esse posto. Existem a internet e as novas tecnologias, mas a mais capaz de incorporar a condição emocional e socializante da narrativa é o videogame.

**Quais os indícios desse processo?**

Por enquanto, um videogame dificilmente consegue igualar a complexidade de um livro ou de um filme, mas no início do cinema este também não era muito elaborado. Quando o cinema começou, se alguém dissesse que ali havia um novo parâmetro artístico, seria acusado de louco. E, no entanto, o cinema chegou num ponto em que é capaz de expressar a mesma complexidade de um grande romance.

É preciso então parar, com calma, e ver o videogame como forma simbólica – a possibilidade de criação de mundos imaginários e interface do jogador com esses mundos. A tendência é a de maior participação no mundo narrativo, de tal forma que a identificação, que se estabelecia de forma passiva, passe à forma ativa. Essa é a mudança que poderia haver, mas que ainda não se deu.

**Como se estivéssemos esperando por um Chaplin dos videogames...**

Sim. O exemplo de Chaplin é bom, porque Chaplin move as massas. Também temos que ver que esses novos meios não anulam os anteriores, mas vão se sobrepondo. Ler um livro, ver um filme e participar de um game são experiências distintas e até complementares.

**Estamos vivendo a transição entre uma geração que cresceu com a televisão para uma geração que cresceu com internet. A tendência é que seja uma geração mais criativa?**

Eu diria que sim. A geração da televisão é bastante passiva. Há reações ao que está acontecendo, mas também há uma passividade diante da crise. As novas tecnologias estão incentivando uma participação maior, mas que ainda não está bem desenvolvida. O potencial da internet como fonte de conhecimento ainda é pouco aproveitado.

(Adaptado de: LONGMAN, Gabriela. Entrevista [outubro, 2015]. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/15476-enquanto-o-chaplin-dos-games-nao-vem.shtml>. Acesso em: 13 out. 2015)

6. Depreende-se do texto que, para Josep Català,
- (A) a geração que cresceu com tecnologias como a internet aproveita ao máximo o potencial de fonte de conhecimento que elas têm a oferecer.
  - (B) na atualidade, o cinema perdeu a capacidade de *incorporar a condição emocional e socializante da narrativa*.
  - (C) pode-se ir além da mera superfície da imagem, uma vez que também ela, e não apenas a literatura, estimula a imaginação.
  - (D) a complexidade de um videogame supera a de um livro ou filme, dado que o primeiro, por ser uma forma de arte interativa, é mais estimulante para a imaginação do que os outros dois.
  - (E) o videogame, a televisão e o cinema, em comparação com a literatura, são formas de arte mais fáceis de ser apreendidas pela maioria das pessoas.
- 
7. De acordo com Català,
- (A) os videogames estariam prestes a assumir o papel – que já pertenceu à literatura – de instrumento de socialização.
  - (B) as novas gerações, na esteira das tecnologias atuais que estimulam a passividade, caracterizam-se pela contundência de suas reações diante das crises.
  - (C) em detrimento do público leitor, a chamada “nova era” baseia-se na veiculação de todos os tipos de imagens.
  - (D) o videogame é uma experiência mais estimulante que o cinema, pois, naquele, o jogador interage com mundos imaginários.
  - (E) o cinema, desde sua criação, foi percebido como uma forma de arte que oferecia um parâmetro artístico de grande potencial.



|  |  |
|--|--|
| <p>8. ... que ali <u>havia</u> um novo parâmetro artístico...</p> <p>O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o sublinhado acima encontra-se em:</p> <p>(A) <i>Eu diria que sim.</i></p> <p>(B) <i>... se alguém dissesse...</i></p> <p>(C) <i>Existem a internet e as novas tecnologias...</i></p> <p>(D) <i>A princípio, pensava que a imagem...</i></p> <p>(E) <i>Como se estivéssemos esperando por um Chaplin...</i></p>  | <p>12. Atualmente, a forma mais utilizada para a disseminação de vírus é por meio de mensagens de <i>e-mails</i> com anexos recebidos pela internet. Para que o vírus seja ativado:</p> <p>(A) é necessária a transferência do anexo para a Área de trabalho do computador.</p> <p>(B) é necessário que o anexo contaminado seja aberto ou executado.</p> <p>(C) basta realizar a abertura da mensagem para a sua leitura.</p> <p>(D) é suficiente o <i>download</i> da mensagem do servidor de <i>e-mail</i> para o computador.</p> <p>(E) é necessário que, uma vez aberta a mensagem, haja uma conexão com a internet.</p>  |
| <p>9. E, <u>no entanto</u>, o cinema chegou num ponto em que é capaz de expressar...</p> <p>Sem prejuízo da correção e do sentido, o elemento sublinhado acima pode ser substituído por:</p> <p>(A) porquanto</p> <p>(B) em detrimento disso</p> <p>(C) desse modo</p> <p>(D) embora</p> <p>(E) todavia</p>  | <p>13. Apesar da facilidade de acesso à internet oferecido pelos <i>HotSpots</i> (<i>AccessPoint</i> de acesso público), é necessário que se tome alguns cuidados nesses acessos, pois:</p> <p>(A) não é solicitada senha de acesso ao <i>HotSpot</i>, o que torna o acesso livre.</p> <p>(B) qualquer dado transmitido se torna público.</p> <p>(C) o esquema de segurança utilizado, WPA2, é de fácil quebra.</p> <p>(D) o detentor do <i>HotSpot</i> pode monitorar a troca de dados sensíveis.</p> <p>(E) o esquema de acesso não permite o uso de criptografia.</p>   |
| <p>10. Mantendo-se a correção e, em linhas gerais, o sentido original, uma redação alternativa para um segmento do texto está em:</p> <p>(A) Assim como ocorreu com o cinema no século XX, no século XIX, momento em que um amplo processo de letramento é produzido, o romance tornou-se o principal instrumento de socialização.</p> <p>(B) Uma vez que a imaginação é um procedimento que requer esforço, percebe-se que existe vários tipos de imagem: algumas mais imaginativas do que outras.</p> <p>(C) Em um primeiro momento, pensava que apenas por meio da literatura, a imaginação era estimulada, já que aquele que lê a imagem não era oferecida de forma gratuita.</p> <p>(D) A mudança na qual ainda se espera, é a participação ativa do jogador no mundo narrativo, cuja identificação, deixa, desse modo de se estabelecer de forma passiva.</p> <p>(E) Os videogames, neste momento, assim como as novas tecnologias e a internet, estaria apto a incorporar a condição emocional e socializante da narrativa.</p> | <p style="text-align: center;"><b>Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais</b></p> <p>14. Marina é servidora federal estatutária e aposentou-se há cerca de 9 meses. Não tendo se acostumado à inatividade, apresentou requerimento à Administração pública que integrava, externando intenção de voltar à ativa. O pedido, de acordo com o que prevê a Lei nº 8.112/1990:</p> <p>(A) não é passível de ser acolhido, pois a readaptação somente pode ser deferida no caso de anulação do ato de concessão de aposentadoria.</p> <p>(B) é direito subjetivo da servidora, tendo em vista que ainda não decorridos cinco anos desde a concessão da aposentadoria.</p> <p>(C) deve ser deferido imediatamente após a próxima aposentadoria ocorrida no mesmo órgão onde estava classificada a servidora.</p> <p>(D) pode ser deferido, considerando o prazo decorrido, desde que a reversão se dê no interesse da Administração e que haja cargo vago para ser ocupado.</p> <p>(E) pode ser deferido se a recondução for feita dentro do prazo prescricional para revisão do ato de aposentadoria e desde que haja interesse público no atendimento.</p> |
| <p style="text-align: center;"><b>Noções de Informática</b></p> <p>11. Em um computador com o Windows 7 Professional, em português, um técnico clicou no botão Iniciar e na opção Computador para visualizar as unidades de disco disponíveis. Após conectar um <i>pen drive</i> em uma das portas USB, percebeu que a unidade deste dispositivo foi identificada pela letra E. Ao clicar sobre esta unidade, foram exibidos arquivos na raiz e pastas contidas neste <i>pen drive</i>. Ao arrastar um arquivo, utilizando o mouse, da raiz do <i>pen drive</i> para uma das pastas, o técnico percebeu que:</p> <p>(A) o arquivo foi copiado para a pasta.</p> <p>(B) ocorreu um erro, pois este procedimento não é permitido.</p> <p>(C) o arquivo foi movido para a pasta.</p> <p>(D) o arquivo foi aberto pelo <i>software</i> no qual foi criado.</p> <p>(E) o arquivo foi apagado.</p>   |  |



15. Em uma repartição pública municipal são feitas, periodicamente, contratações regulares de estagiários, atendendo ao interesse público e também permitindo que o Poder Público contribua para a capacitação dos universitários. Constatou-se, certa vez, que um dos estagiários que atuava em determinado setor vinha cobrando pelo fornecimento de informações e certidões cuja gratuidade é garantida por lei. Os valores coletados, apurou-se, destinavam-se ao uso particular do referido estagiário. Considerando o que dispõe a Lei nº 8.429/1992, o estagiário:
- (A) pode ser processado criminalmente, mas não pode ser incurso em nenhuma outra infração administrativa ou em ato de improbidade, pois não possui vínculo funcional com a Administração pública municipal.
- (B) somente poderá ser incurso nas disposições da lei de improbidade se ficar comprovado dolo, o que confere maior rigor para enquadramento como sujeito passivo.
- (C) pode ser punido por ato de improbidade, visto que está abrangido pelo conceito de agente público para aquela finalidade, sendo necessária a comprovação de dolo e de prejuízo ao erário.
- (D) pode ser punido por ato de improbidade caso tenha ingressado na Administração pública por meio de concurso público e já tenha decorrido o período de estágio probatório, o que lhe conferirá o *status* de servidor público.
- (E) pode ser processado por ato de improbidade, não sendo exigida comprovação de prejuízo ao erário, mas sim da conduta dolosa do autor do ato.
16. As competências exercidas pelos diversos órgãos e entes públicos devem ser públicas e disciplinadas nos atos normativos competentes. De acordo com a Lei nº 9.784/1999, essas competências:
- (A) não podem ser delegadas, pois representam a essência da descentralização e da organização administrativa, de modo que alterar a repartição normativamente posta pode subverter os direitos e garantias dos administrados.
- (B) somente podem ser delegadas para órgãos e autoridades hierarquicamente superiores, já que esses possuem atribuições de maior importância, o que lhes capacita para o desempenho.
- (C) podem ser delegadas, à exceção de algumas atribuições, tais como decisão sobre recursos administrativos, e desde que as circunstâncias, por exemplo, sociais ou jurídicas, justifiquem aquele deslocamento de atribuições.
- (D) são discricionárias e facultativas, podendo ser delegadas a juízo de conveniência e oportunidade da autoridade que as detém, desde que seja público o fundamento.
- (E) podem ser delegadas quando o cenário fático assim justificar, em especial para fins de agilização da tomada de decisão, vedado juízo de controle quanto à natureza das atribuições.
17. De acordo com o que disciplina a Lei nº 11.416/2006, a nomeação, pelos membros e juízes, para cargos em comissão ou a designação para exercício de função comissionada:
- (A) não se sujeita à vedação de indicação de parentes ou cônjuge, visto que esta regra é aplicável apenas aos cargos efetivos e empregos públicos.
- (B) impede a escolha de cônjuges e companheiros para assessoramento direto, ainda que aqueles ocupem cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Judiciário.
- (C) está sujeita à vedação legal que impede a indicação de parentes até o terceiro grau para exercer atribuições no mesmo Tribunal, permitido, no entanto, para funções de confiança e de assessoramento.
- (D) é vedada para parentes em qualquer grau, sendo que, para os parentes diretos ou cônjuge, é vedado o acesso a cargos de qualquer natureza do quadro de pessoal do Poder Judiciário, ainda que o provimento se dê por meio de concurso público, diante da inafastável incompatibilidade.
- (E) pode recair sobre parentes a partir do segundo grau e sobre cônjuges, exigido, neste último caso, prévia sabatina pelo órgão especial e autorização da Presidência da Corte.
- Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba**
- Atenção: Para responder às questões de números 18 a 20, considere o Regimento Interno do TRE/PB.
18. Supervisionar, orientar e fiscalizar os procedimentos relativos ao encaminhamento de dados de filiação pelos partidos políticos é atribuição que incumbe ao:
- (A) Presidente do Tribunal.
- (B) Vice-Presidente do Tribunal.
- (C) Ouvidor Regional Eleitoral.
- (D) Procurador Regional Eleitoral.
- (E) Corregedor Regional Eleitoral.
19. Considere os seguintes itens:
- I. Ação.
- II. Recursos de natureza criminal.
- III. Recursos de natureza administrativa.
- Será submetido a exame do revisor o constante em
- (A) I, II e III.
- (B) III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, apenas.
20. Considere os seguintes processos:
- I. *Habeas corpus* e mandado de segurança.
- II. Processos cuja vista tenha sido requerida em sessões anteriores.
- III. Processos adiados.
- Na elaboração do índice de julgamento, deverá ser observada a ordem expressa em:
- (A) I, II e III.
- (B) II, I e III.
- (C) II, III e I.
- (D) III, II e I.
- (E) III, I e II.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. A medida judicial que pode ser proposta por qualquer cidadão para suprir omissão regulamentadora que torne inviável o exercício de liberdade constitucional é

- (A) o mandado de segurança.
- (B) a ação popular.
- (C) o *habeas data*.
- (D) o mandado de injunção.
- (E) o *habeas corpus*.

22. Dentre os direitos fundamentais sociais consagrados pela Constituição Federal, NÃO se encontra arrolado o direito

- (A) ao transporte.
- (B) à saúde.
- (C) à vida.
- (D) à moradia.
- (E) à segurança.

23. O Poder Constituinte conferido pela Constituição Federal aos Estados-membros, para que elaborem as suas próprias Constituições, é denominado:

- (A) Derivado decorrente.
- (B) Originário material.
- (C) Derivado reformador.
- (D) Originário formal.
- (E) Originário limitado.

24. Dentre as hipóteses elencadas, NÃO constitui, como regra, bem da União:

- (A) O rio que sirva de fronteira entre Estados-membros.
- (B) O recurso mineral concentrado em um único Estado-membro.
- (C) A cavidade natural subterrânea situada na área de um único Estado-membro.
- (D) O sítio arqueológico situado em determinado Município.
- (E) A ilha costeira que seja sede de Município.

25. A Constituição prevê, diretamente, a competência do Senado Federal para aprovar a escolha de indicados para os cargos de:

- (A) Ministros de Estado e dos Tribunais Superiores, Governador de Território e Presidente do Banco Central, sempre em votação secreta.
- (B) Ministros dos Tribunais Superiores, Integrantes do Conselho Nacional do Ministério Público, Diretores do Banco Central e Presidentes da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, sempre em votação secreta.
- (C) Ministros do Tribunal de Contas da União, Defensor Público-Geral da União, Advogado-Geral da União e Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente, sempre em votação pública.
- (D) Ministros do Superior Tribunal de Justiça, Procurador-Geral da República, Diretores do Banco Central e parte dos Integrantes do Conselho Nacional de Justiça, sempre em votação secreta.
- (E) Governador de Território, todos os Integrantes dos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público e Presidente do Banco Central, sempre em votação pública.

26. Entende-se por quinto-constitucional:

- (A) O volume proporcional de votos no escrutínio para a aprovação de Lei Complementar, a qual somente ocorrerá por intermédio de quórum qualificado de três quintos.
- (B) O volume total de votos no escrutínio para a aprovação de Emenda Constitucional, a qual somente ocorrerá por intermédio de quórum qualificado de três quintos.
- (C) A reserva de um quinto das vagas dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Estaduais e do Distrito Federal, e Territórios, que deverão ser ocupadas por membros do Ministério Público e por Advogados, observada a proporcionalidade entre eles.
- (D) A parcela máxima que pode ser deduzida dos vencimentos do servidor público efetivo caso este venha a ser colocado em disponibilidade em razão de interesse público.
- (E) A parcela máxima que pode ser deduzida dos proventos do servidor público aposentado por invalidez.

27. Quirino, eleito Presidente da República para o mandato compreendido entre janeiro de 2018 e dezembro de 2021, renuncia ao cargo um ano após tê-lo assumido.

Assume-o o Vice-Presidente, o qual, no entanto, é alcançado por processo de *impeachment*, concluído em fevereiro de 2020.

Ante tal situação, consideradas as regras constitucionais atualmente vigentes,

- (A) deverão ser convocadas eleições gerais, no prazo de 90 dias contados da última vacância, sendo certo que os eleitos permanecerão no exercício dos cargos de Presidente e de Vice-Presidente até dezembro de 2021.
- (B) assumirá a Presidência da República o Presidente da Câmara dos Deputados, o qual permanecerá no exercício respectivo até o término dos mandatos originais.
- (C) deverão ser convocadas eleições gerais, no prazo de 30 dias contados da última vacância, sendo certo que os eleitos iniciarão, a partir da posse, mandato de quatro anos.
- (D) assumirá a Presidência da República o Presidente do Congresso Nacional, o qual permanecerá no exercício respectivo até o término dos mandatos originais.
- (E) competirá ao Congresso Nacional a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, a qual deverá ser realizada no prazo de 30 dias contados da última vacância, sendo certo que o eleito completará o restante do mandato que se encontrava em curso.

28. A lisura no trato das coisas do Estado, com o escopo de inibir que a Administração se conduza perante o administrado com astúcia ou malícia, buscando alcançar finalidades diversas do bem comum, ainda que sob a égide de autorização legislativa, é conceito que se refere ao princípio constitucional da

- (A) moralidade.
- (B) eficiência.
- (C) legalidade.
- (D) impessoalidade.
- (E) publicidade.



29. Constitui direito fundamental de natureza material penal:

- (A) o contraditório.
- (B) a ampla defesa.
- (C) o juiz natural.
- (D) a legalidade.
- (E) o duplo grau de jurisdição.

30. Abigail, professora concursada da rede pública de ensino de determinado município, resolve concorrer ao cargo de Vereadora, para o qual culmina por ser eleita.

Em face de tal situação, à luz da disciplina constitucional da matéria, Abigail

- (A) poderá acumular o cargo e o mandato eletivo, devendo, no entanto, optar por um dos vencimentos.
- (B) somente poderá acumular o cargo e o mandato eletivo, bem como os respectivos vencimentos, se houver compatibilidade de horários.
- (C) deverá afastar-se do cargo de professora durante o exercício do mandato, podendo, no entanto, optar por uma das remunerações.
- (D) mesmo devendo ser afastada do cargo público de provimento efetivo, terá computado, para todos os efeitos, o tempo em que permaneceu no exercício da vereança.
- (E) poderá livremente optar pela acumulação ou não do cargo e do mandato, de tal escolha decorrendo o direito ou não de receber os vencimentos inerentes a ambos.

31. Entendendo que certa matéria objeto de investigação criminal não era de sua atribuição, o membro do Ministério Público Federal determinou o encaminhamento de denúncia formulada ao Ministério Público do Estado, para análise e providências.

O Promotor de Justiça a quem a denúncia foi distribuída, a seu tempo, entendeu que, em verdade, os fatos deveriam ser apurados pelo próprio Ministério Público Federal, o que fez surgir conflito negativo de atribuições.

A competência para dirimir citado conflito pertence ao

- (A) Procurador-Geral da República.
- (B) Tribunal Federal da região em que surgido o conflito.
- (C) Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Conselho Nacional do Ministério Público.
- (E) Supremo Tribunal Federal.

32. A Constituição Federal arrola, dentre os direitos e garantias fundamentais, o princípio segundo o qual

- (A) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.
- (B) as associações não poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades judicialmente suspensas.
- (C) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- (D) é assegurada, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, salvo nas atividades desportivas, sujeitas a regulamentação internacional.
- (E) a lei considerará crimes inafiançáveis e imprescritíveis a prática do racismo e de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

#### Noções de Direito Administrativo

33. Considere o seguinte trecho extraído da obra de Diogo de Figueiredo Moreira Neto:

“... a melhor realização possível da gestão dos interesses públicos, posta em termos de plena satisfação dos administrados com os menores custos para a sociedade, ela se apresenta, simultaneamente, como um atributo técnico da administração, como uma exigência ética a ser atendida no sentido weberiano de resultados, e, coroando a relação, como uma característica jurídica exigível de boa administração dos interesses públicos.” (Curso de Direito Administrativo, 16ª edição, 2014, Rio de Janeiro: Forense, p. 116).

É correto concluir que os ensinamentos do autor se referem ao conteúdo do princípio da

- (A) moralidade, que serve de parâmetro de controle para revogação dos atos administrativos.
- (B) proporcionalidade, que possui primazia e preferência diante dos demais princípios que informam a atuação da Administração.
- (C) economicidade, que se aplica após a prática do ato administrativo, como ferramenta de controle do menor custo para a Administração pública.
- (D) impessoalidade, que impede escolhas baseadas em critérios eminentemente técnicos, pois analisa o desempenho da administração, para garantir o atingimento dos melhores resultados.
- (E) eficiência, que visa orientar a gestão pública ao atendimento das finalidades previstas em lei pela melhor forma possível, não bastando a análise meramente formal.



34. A organização da sociedade exige o estabelecimento de regras para ditar o convívio harmônico e balizar os diversos interesses contrapostos, incluindo os titularizados pelos administrados e os interesses públicos, que servem à coletividade. Para o estabelecimento dessa equação:
- (A) é necessário haver expressa previsão legal sobre todas as condutas possíveis para a Administração pública e todas as vedações impostas aos administrados, tendo em vista que o exercício do poder de polícia é vinculado.
- (B) a Administração pública lança mão do poder de polícia, cujo exercício se destina a limitar e condicionar o exercício de direitos individuais, sempre com fundamento normativo, ainda que não expresso.
- (C) a Administração pública se vale do poder discricionário, que se expressa pela imposição de limitações aos direitos individuais dos administrados, com base na conveniência e oportunidade do Administrador, independentemente de fundamento na legislação vigente.
- (D) é necessário que a Administração se valha de seu poder de polícia, que é sempre vinculado, nos estritos termos previstos em lei, desde que não inclua a imposição de penalidades, para o quê é necessária decisão judicial.
- (E) é fundamental identificar o interesse público envolvido, que tem prevalência apriorística sobre os interesses individuais, cabendo à Administração pública a adoção de quaisquer medidas para impor obrigatoriamente o interesse da coletividade.
35. A Administração pública precisava adquirir material descartável para uso em unidades de saúde, tais como algodão e esparadrapo, tendo submetido ao órgão jurídico proposta de abertura de licitação para tanto. Dentre as alternativas abaixo, identifique a modalidade mais ágil e se há outra passível de ser legalmente utilizada, ainda que demande mais tempo:
- (A) Pregão, que permite a aquisição de bens de natureza comum, sem prejuízo de ser possível realizar uma concorrência, desde que observado requisitos de participação e pelo critério do menor preço.
- (B) Leilão, desde que seja respeitado o valor máximo para essa modalidade, podendo-se, alternativamente, optar pela realização de pregão, no caso de não ser atingido o valor mínimo na licitação anterior.
- (C) Concorrência, que promove maior garantia aos licitantes, mas também se pode realizar convite, independentemente do valor, devido à natureza judicial do crédito.
- (D) Pregão, que possui o procedimento mais abreviado e, alternativamente, leilão, que observa os maiores prazos em favor dos licitantes, garantindo a competição de forma mais ampla e sem limite de valor.
- (E) Leilão, para contratação da modalidade mais ágil e, para garantia do menor preço, a concorrência, cujo procedimento é o mais longo.
36. Os contratos administrativos diferem dos demais contratos firmados pela Administração pública, pois
- (A) os contratos administrativos, em razão da incidência do regime legal, submetem-se ao regime jurídico de direito privado, com exceção do que diz respeito às cláusulas exorbitantes, que são de direito público e permitem a alteração unilateral quantitativa.
- (B) a Administração pública, para a celebração dos contratos administrativos, é obrigada a licitar; para os demais contratos e ajustes, não há essa obrigação.
- (C) os contratos administrativos sempre dispõem sobre serviços públicos, enquanto os demais contratos podem tratar de objetos de outras naturezas, como contratações de serviços de fornecimento.
- (D) os contratos administrativos podem ser verbais, a critério do administrador, não importando a forma sob a qual estão revestidos, mas sempre estabelecem prerrogativas em favor do Poder Público para que prepondere o interesse público.
- (E) os contratos administrativos permitem à Administração pública a alteração unilateral, ainda que, para isso, dependa de fundamentos e justificativas e se submeta a limites, a fim de afastar qualquer possibilidade de arbitrariedade.
37. Equação econômico-financeira do contrato, nos dizeres de José dos Santos Carvalho Filho, é a *relação de adequação entre o objeto e o preço, que deve estar presente ao momento em que se firma o ajuste. Quando é celebrado qualquer contrato, inclusive o administrativo, as partes se colocam diante de uma linha de equilíbrio que liga a atividade contratada ao encargo financeiro correspondente.* (Manual de Direito Administrativo, 25ª edição, 2012. São Paulo: Atlas, p. 197)
- Essa equação:
- (A) serve de parâmetro fundamental para a definição da melhor proposta para a Administração na fase de licitação, mas não impede que haja variações posteriores, permitindo ao contratado a rescisão unilateral administrativa da avença.
- (B) deve acompanhar o contrato durante toda sua execução, razão pela qual a lei estabelece mecanismos e garantias para restabelecimento daquele equilíbrio, permitindo, por exemplo, aditamentos contratuais para alterações quantitativas no valor.
- (C) concede ao Poder Público a ferramenta de alterar o valor do contrato sempre que o equilíbrio entre valor e objeto for comprometido, ficando o contratado obrigado a aceitar essa ingerência, tanto em acréscimos, quanto em supressões.
- (D) recomenda que em todo início de ano seja feita nova pesquisa de mercado para adequação e garantia dos valores reais objeto da contratação, permitindo a celebração de novo ajuste, anualmente, entre as partes quando evidenciado o desequilíbrio.
- (E) está presente somente nos contratos que envolvam a prestação de serviço público, pois é fundamental que a qualidade do serviço disponibilizado ao usuário seja mantida desde o início do contrato.





|  |   |
|--|---|
| <p>38. Considere as afirmativas:</p> <p>I. Serviço público é toda utilidade prestada pelo Poder Público em favor da coletividade, vedada delegação da execução a particulares, sob pena de alteração do regime jurídico e desnaturação do objeto.</p> <p>II. Serviço público pode ser prestado diretamente pelo Estado ou por meio de delegação a particulares, o que não afasta a submissão aos princípios que garantem a adequada prestação daquela utilidade aos usuários.</p> <p>III. O princípio da continuidade dos serviços públicos permite que o Estado prorogue reiteradamente os contratos por meio dos quais delega a execução daquelas atividades aos particulares.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, II e III.<br/>       (B) I e II, apenas.<br/>       (C) III, apenas.<br/>       (D) II, apenas.<br/>       (E) I, apenas.</p>  | <p>41. A imperatividade que reveste os atos administrativos</p> <p>(A) independe da presença dos elementos ou requisitos, visto que se trata de mera exteriorização da vontade da Administração pública, que sempre se impõe ao administrado independentemente de sua vontade.</p> <p>(B) substitui a decisão judicial quanto à possibilidade de se fazer válido, dependendo apenas da concordância do destinatário.</p> <p>(C) impõe aos destinatários dos mesmos sua obrigatoriedade, como atributo destinado a garantir o interesse público, que é a finalidade de toda a atuação da Administração pública.</p> <p>(D) se vincula diretamente à eficácia, esta que enseja auto-executoriedade a todos os atos que predica.</p> <p>(E) se relaciona com a eficácia, na medida em que é a exteriorização dos efeitos do ato, mas distingue-se da exequibilidade, que depende de intervenção judicial.</p>  |
| <p>39. Quando o Poder Público está sujeito ao princípio da licitação para suas contratações, garante não só a isonomia entre os potenciais interessados, mas também a obtenção do melhor preço para a Administração pública. Há, no entanto, exceções a esse princípio, tais como as contratações</p> <p>(A) diretas, feitas com dispensa de licitação, que se fazem presentes sempre que se mostrar inviável a instauração de competição, diante de ausência de mais de um interessado no objeto do contrato.</p> <p>(B) emergenciais, que são aquelas que são realizadas sempre que não houver prazo hábil para a realização de licitação.</p> <p>(C) por inexigibilidade, que constam da lei de licitações em rol exaustivo e para hipóteses concretas e excepcionais.</p> <p>(D) diretas, como é o caso da dispensa de licitação em razão do valor da compra ou do serviço, desde que não representem fracionamento de objeto.</p> <p>(E) por dispensa ou inexigibilidade, como, por exemplo, as compras ou serviços cujo valor não ultrapasse R\$ 100.000,00 (cem mil reais).</p> | <p>42. A extinção do ato administrativo pode se dar por diversos fundamentos, sendo que a extinção dos atos discricionários</p> <p>(A) pode se dar somente por meio de revogação, pois desconstrói elementos de conveniência e oportunidade.</p> <p>(B) pode se dar pela própria Administração, em razão do poder de revisão de seus próprios atos, por meio de anulação dos atos ilegais e dos atos inconvenientes e inoportunos.</p> <p>(C) depende de decisão judicial, por motivo de ilegalidade, tendo em vista que impacta na esfera jurídica dos administrados e de terceiros.</p> <p>(D) pode se dar por vício de legalidade, caso de anulação, ou por conveniência e oportunidade fundada em motivos de interesse público, caso de revogação.</p> <p>(E) depende de decisão judicial, tendo em vista que o administrador não pode rever os motivos de conveniência e oportunidade que o levaram à prática do ato.</p>                            |
| <p>40. Dentre os poderes atribuídos à Administração pública, é inerente ao poder</p> <p>(A) regulamentar a possibilidade de criar direitos e obrigações aos administrados sempre que houver lacuna na lei disciplinando determinado tema.</p> <p>(B) regulamentar a competência do executivo para editar ato normativo explicitando os deveres e direitos que tiverem sido instituídos por meio de lei, admitindo-se, inclusive, a delegação dessa atribuição.</p> <p>(C) disciplinar a restrição de seu alcance para atingir apenas servidores e desde que possuam vínculo funcional adquirido mediante concurso com a Administração pública.</p> <p>(D) hierárquico a possibilidade de imposição de penalidades aos servidores e administrados, sempre que agirem em desconformidade às normas ou aos princípios que regem a atuação dos entes públicos.</p> <p>(E) disciplinar a precedência de relação de hierarquia para fundamentar e delimitar o âmbito de aplicação de medidas punitivas.</p>  | <p>43. Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades de um servidor público. São características típicas do cargo público:</p> <p>(A) de provimento efetivo, a investidura mediante prévio concurso público, bem como a submissão de seu titular a estágio probatório.</p> <p>(B) efetivo ou comissionado, a investidura mediante prévio concurso público e o deferimento de estabilidade ao titular, o que exige processo judicial para exoneração.</p> <p>(C) quando na forma de emprego público, a nomeação precedida de concurso público, a estabilidade, submissão a teto remuneratório e a submissão a regime estatutário.</p> <p>(D) quando corresponde à função pública, a submissão a regime estatutário pelos titulares, a obrigatoriedade de estágio probatório e vitaliciedade.</p> <p>(E) a vitaliciedade, a estabilidade, a não submissão a teto remuneratório quando se tratar de cargo público de provimento efetivo.</p> |



|  |  |
|--|--|
| <p>44. O princípio da supremacia do interesse público</p> <p>(A) é hierarquicamente superior aos demais princípios, impondo-se sempre que houver conflito entre o interesse público e o interesse particular.</p> <p>(B) foi substituído pelo princípio da indisponibilidade dos bens públicos, posto que as decisões que visam ao atendimento do interesse público não colidem mais, na atualidade, com os interesses privados.</p> <p>(C) depende de interpretação do conteúdo no caso concreto, não se aplicando apriorística ou isoladamente, sem considerar os demais princípios e as demais normas que se apliquem aos diversos interesses contrapostos, públicos e privados.</p> <p>(D) é aplicado quando inexistente disposição legal para orientar determinada atuação, posto que, em havendo, é típico caso de incidência do princípio da legalidade.</p> <p>(E) depende essencialmente do princípio da legalidade, uma vez que, para sua integral aplicação e validade, é necessário que exista norma legal expressa nesse sentido.</p>   | <p>47. A respeito da propaganda eleitoral em geral, considere:</p> <p>I. Colocar faixa com o nome de candidato em cinema de propriedade particular.</p> <p>II. Fixar cartaz com foto de candidato em centro comercial.</p> <p>III. Fazer propaganda eleitoral de partido político por meio de placa fixada em loja de artesanato.</p> <p>É vedada pela Lei nº 9.504/1997 a propaganda eleitoral indicada em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) II, apenas.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>  |
| <p style="text-align: center;"><b>Noções de Direito Eleitoral</b></p> <p>45. O Tribunal Superior Eleitoral foi assim constituído: três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, escolhidos mediante eleição e pelo voto secreto; dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça, escolhidos mediante eleição e pelo voto secreto; dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal e nomeados pelo Presidente da República. Essa composição está</p> <p>(A) incorreta, porque são dois os Ministros do Supremo Tribunal Federal que podem integrar o Tribunal.</p> <p>(B) incorreta, porque apenas um juiz oriundo da classe dos advogados pode integrar o Tribunal.</p> <p>(C) correta, porque atende às normas legais pertinentes constantes da Constituição Federal brasileira.</p> <p>(D) incorreta, porque os juízes oriundos da classe dos advogados não dependem de nomeação e são eleitos pelo Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) incorreta, porque dois juízes oriundos do Ministério Público Eleitoral devem integrar o Tribunal.</p> | <p>48. De acordo com a Lei nº 9.504/1997, que concerne à propaganda eleitoral em geral, é correto afirmar que:</p> <p>(A) é vedada, em qualquer hipótese, a veiculação de propaganda eleitoral nas dependências do Poder Legislativo.</p> <p>(B) da propaganda de candidatos a Senador não deverão constar os nomes dos respectivos suplentes.</p> <p>(C) é vedada a transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão das prévias partidárias.</p> <p>(D) a propaganda de boca de urna é permitida até a porta do local de votação.</p> <p>(E) é vedada, no dia das eleições, a manifestação silenciosa da preferência do eleitor por candidato por meio do uso de adesivos.</p>  |
| <p>46. As infrações penais descritas no Código Eleitoral</p> <p>(A) são de ação pública.</p> <p>(B) são sempre punidas com pena de reclusão e multa.</p> <p>(C) podem ser punidas pelo Juiz Eleitoral, independentemente de denúncia do Ministério Público Eleitoral.</p> <p>(D) são de ação pública somente quando se tratar de direito disponível.</p> <p>(E) só podem ser punidas se houver representação do candidato ou do partido prejudicado.</p>   | <p>49. A emissora de televisão Azul convidou o candidato a Vereador João para um debate com um grupo de outros três candidatos. Quinze dias depois, realizou outro debate com mais quatro candidatos e também com João, por ser o líder das pesquisas. A realização do segundo debate foi</p> <p>(A) irregular, porque, nas eleições proporcionais, a lei exige a presença de, no mínimo, quatro candidatos por grupo.</p> <p>(B) regular, pois a lei permite a divisão dos candidatos em grupos, desde que presentes pelo menos três candidatos.</p> <p>(C) irregular, porque, na eleição proporcional, a lei exige a presença de todos os candidatos em cada debate.</p> <p>(D) irregular, porque é vedada, na eleição proporcional, a presença do mesmo candidato em mais de um debate na mesma emissora.</p> <p>(E) irregular, porque o intervalo entre um debate e outro, na mesma emissora, não pode ser inferior a trinta dias.</p> |



50. Paulo, candidato escolhido em convenção para candidatar-se a Governador do Estado pelo partido Alpha, foi acusado, na programação normal de emissora de televisão, de remeter valores desviados dos cofres públicos para o exterior quando era prefeito municipal de uma cidade do interior. Paulo poderá pedir o exercício do direito de resposta à Justiça Eleitoral, no prazo, contado da veiculação da ofensa, de
- (A) quinze dias.  
 (B) quarenta e oito horas.  
 (C) setenta e duas horas.  
 (D) cinco dias.  
 (E) dez dias.
- 
51. Tício foi credenciado delegado pelo órgão de direção nacional do partido Alpha perante o Tribunal Superior Eleitoral. Em decorrência de tal credenciamento, Tício poderá representar o partido perante
- (A) os Juízes Eleitorais, apenas.  
 (B) o Tribunal Superior Eleitoral, apenas.  
 (C) os Tribunais Regionais Eleitorais, apenas.  
 (D) quaisquer Tribunais ou Juízes Eleitorais.  
 (E) os Tribunais Regionais Eleitorais e os Juízes Eleitorais, apenas.
- 
52. No que concerne à fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos, é correto afirmar:
- (A) Os órgãos nacionais de deliberação dos partidos em processo de fusão votarão em reunião conjunta, por maioria absoluta, os projetos, e elegerão o órgão de direção nacional que promoverá o registro do novo partido.  
 (B) Na hipótese de fusão, a existência legal do novo partido tem início com o registro do estatuto e do programa do Tribunal Superior Eleitoral.  
 (C) No caso de incorporação, o partido incorporando deverá, independentemente de qualquer deliberação a respeito de seu órgão nacional, adotar o estatuto e o programa do partido incorporador.  
 (D) Havendo fusão ou incorporação de partidos, os votos por eles obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados serão desconsiderados para efeito do acesso gratuito ao rádio e à televisão.  
 (E) No caso de incorporação, o novo estatuto ou instrumento de incorporação não precisa ser levado a registro do Ofício Civil competente, bastando o registro do Tribunal Superior Eleitoral.
- 
53. Segundo o Art. 349 do Código Eleitoral: *Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro, para fins eleitorais. Pena – reclusão até 5 anos e pagamento de 3 a 10 dias-multa.*
- Como o tipo legal não especifica, o mínimo da pena de reclusão que poderá ser imposta será de
- (A) 6 meses.  
 (B) 1 mês.  
 (C) 1 dia.  
 (D) 15 dias.  
 (E) 1 ano.
- 
54. João reside em um bairro da zona rural, distante dez quilômetros da cidade e possui um caminhão, com o qual transporta produtos agrícolas. Vários eleitores moradores no referido bairro solicitaram que os transportasse até os locais de votação na cidade no dia da eleição e os trouxesse de volta. Nesse caso, João
- (A) só poderá realizar o transporte de volta para zona rural após os eleitores terem exercido livremente o direito de voto.  
 (B) não poderá realizar o transporte dos eleitores, tanto de ida como de volta, sob pena de cometer crime eleitoral.  
 (C) só poderá realizar o transporte para a cidade, até os locais de votação, tanto de ida como de volta, se não for filiado a nenhum partido político.  
 (D) poderá realizar o transporte de ida e de volta para a cidade, mas não poderá levar os eleitores até os locais de votação.  
 (E) poderá realizar o transporte de ida para a cidade, desde que possua autorização por escrito do Prefeito Municipal.
- 
55. A respeito dos Órgãos da Justiça Eleitoral, considere:
- I. O registro do diretório estadual de partido compete ao Tribunal Superior Eleitoral, tendo em vista o caráter nacional dos partidos políticos.  
 II. Os Tribunais Regionais Eleitorais deliberam por maioria de votos, em sessão pública, com a presença da maioria de seus membros.  
 III. Compete ao Tribunal Superior Eleitoral aprovar a divisão dos Estados em Zonas Eleitorais ou a criação de novas Zonas.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.  
 (B) I e II.  
 (C) I e III.  
 (D) I.  
 (E) II e III
- 
56. Adotar-se-á o princípio majoritário na eleição para
- (A) Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado, Senado Federal, Prefeito e Vice-Prefeito.  
 (B) Governador e Vice-Governador de Estado, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Prefeito e Vice-Prefeito.  
 (C) Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.  
 (D) Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado, Senado Federal e Câmara dos Deputados.  
 (E) Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Prefeito e Vice-Prefeito.



57. Considere:

- I. Oferecimento de denúncia pelo Ministério Público.
- II. Oferecimento de alegações escritas e apresentação de rol de testemunhas pelo réu ou seu defensor.
- III. Interposição de recurso para o Tribunal Regional competente da decisão final de condenação ou absolvição proferida pelo Juiz Eleitoral.
- IV. Oferecimento de alegações finais para cada uma das partes – acusação e defesa.

No processo das infrações penais eleitorais, é de 10 dias o prazo para a prática dos atos processuais indicados APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II e IV.

58. De acordo com a Lei nº 9.504/1997,

- (A) é permitido a qualquer candidato comparecer, nos três meses que antecedem o pleito, à inauguração de obras públicas.
- (B) as emissoras de rádio e televisão não terão direito à compensação fiscal pela cedência do horário gratuito previsto na lei.
- (C) a contratação de pessoal por candidatos a Vice-Presidente e Vice-Governador não é, para todos os efeitos, contabilizada como contratação pelo titular e a contratação por partidos não fica vinculada aos limites impostos aos seus candidatos.
- (D) nenhum requerimento de inscrição eleitoral ou de transferência será recebido dentro dos cento e cinquenta dias anteriores à data da eleição.
- (E) nos três meses que antecedem as eleições é permitida, nas inaugurações, a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos.

59. Peter é diretor de escola da rede estadual de ensino e pretende candidatar-se a Deputado Estadual. Para tanto, deverá afastar-se de suas funções até

- (A) três meses anteriores ao pleito, sem direito à percepção de vencimentos.
- (B) seis meses anteriores ao pleito, sem direito à percepção de vencimentos.
- (C) três meses anteriores ao pleito, garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.
- (D) seis meses anteriores ao pleito, garantido o direito à percepção de metade dos seus vencimentos.
- (E) quatro meses anteriores ao pleito, sem direito à percepção de vencimentos.

60. Brutus completou dezoito anos de idade e formalizou requerimento de inscrição eleitoral, que foi deferido pelo Juiz Eleitoral. Dessa decisão

- (A) cabe recurso de qualquer delegado de partido político.
- (B) não cabe recurso.
- (C) cabe recurso de qualquer eleitor.
- (D) cabe recurso de qualquer candidato.
- (E) cabe recurso de qualquer ocupante de cargo eletivo.